

Participação social e ONGs: esboço de uma problemática¹

*Ana Carolina Comin Vargas² - Instituto de Psicologia USP
ana.vargas@usp.br*

*Maria Inês Assumpção Fernandes³ - Instituto de Psicologia USP
marines@usp.br*

Diversas formas de associativismo e de mobilização no Brasil encontraram um rumo de ascendência na década de 70 ainda sob um governo de ditadura militar. Observou-se a intensificação de formas de participação de setores populares com contornos próprios formados em um contexto social e político particular, conseguindo articulações mesmo frente à vigilância do governo. Assistiu-se à proliferação de associações constituídas por iniciativas populares, de trabalhos comunitários, de movimentos sociais e organizações com características diferenciadas, com atores e temáticas não necessariamente vinculados aos partidos políticos e sindicatos, fazendo-se ainda presentes, de diversas formas, no processo de democratização subsequente. A intensificação da participação popular deste período, marcada pelo distanciamento do Estado para com as necessidades da população, reforçado pelo rompimento dos canais de comunicação antes existentes (partidos e sindicatos) teriam marcado, segundo Gohn (2008) a entrada do Brasil numa “era da participação”.

“Participação” esta que vive uma história de transformação no percurso de consolidação da democracia brasileira, complexificando-se, abarcando uma maior diversidade de sentidos em contextos diversos, envolvendo práticas e iniciativas variadas e, principalmente, sendo cada vez mais discursada e empregada, com um efeito potente mas já suspeito, no espaço público. Seja utilizada como substantivo (participante), adjetivo (participativo), verbo (participar), gerúndio (participando), imperativo (participe!), a participação e seu uso atual inflacionado não correspondem necessariamente a um conhecimento amplo do que pode significar, de seu grau, nível, qualidade ou implicações; esta inflação não corresponde tão pouco a uma clareza sobre as noções subjacentes a discursos e práticas, sobre os atravessamentos inevitáveis mas em parte explicitáveis, sobre quem se refere a participação, a quem cabe o participar ou o que este implica nos múltiplos contextos em que se faz presente.

As chamadas Organizações Não-Governamentais, fortemente vinculadas à concepção (que ganha cada vez mais força) de existência de um terceiro setor na realidade social constituído em relação ao Estado e ao Mercado, fazem-se cada vez mais presentes na esfera do que se denomina de participação social. Estas instituições se articulam hoje tanto com o Estado, quanto com o Mercado, fazendo parte e se relacionando com o setor da “sociedade civil”, por vezes, mesclando-se com os três, tornando difícil sua discriminação e

¹ Este trabalho faz parte de pesquisa de mestrado, financiada pela FAPESP, acerca da problemática da participação social no âmbito das Organizações Não-Governamentais vista sob uma perspectiva da psicanálise de grupos e instituições.

² Psicóloga formada pelo Instituto de Psicologia da USP e mestranda em Psicologia Social pela mesma universidade.

³ Professora Titular do departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da USP.

definição conceitual e categórica. Juntamente com a multiplicidade e heterogeneidade de organizações atendidas pelo nome de ONG, encontra-se uma diversidade de significados e usos abarcados por esta mesma denominação. A dificuldade de definição do que seriam estas Organizações Não-Governamentais e das organizações que poderiam ser assim denominadas (necessidade não atendida nem pela definição jurídica voltada à sua regulamentação) se expressa, a nosso ver, pela dificuldade de discriminá-las de outros conceitos, ações e sujeitos sociais com os quais, são, por vezes, no senso comum, equivocadamente identificadas como equivalentes: “as ONGs são movimento social”? “São representantes da participação da população na coisa pública”? “São um novo meio democrático”?, “São a sociedade civil organizada”?, “São o Terceiro Setor”? O que são afinal? Qual sua função social? Como se relacionam com a participação social?

Para além de equivalências reducionistas ou de negações simplistas, pretendemos neste trabalho abordar a problemática da participação social no âmbito das Organizações Não-Governamentais baseando-nos, para tanto, em argumentos de pensadores que se debruçam sobre o estudo do campo social. Inicialmente retomaremos brevemente o histórico da intensificação da participação popular nas décadas de 70 e 80, demonstrando alguns aspectos do mosaico que serve de ninho ao nascimento, constituição e afirmação das ONGs como um novo e importante sujeito social. Este viés participativo da sociedade civil que estaria na origem destas organizações se relaciona hoje com uma compreensão nebulosa sobre o que seriam as ONGs e o que seria a participação social, sem estar dada como necessária uma relação direta e equivalente entre uma e outra, isto segundo uma perspectiva emancipatória e potencialmente transformadora da participação social. Esperamos, com este trabalho, conceder mais subsídios para questões do que para respostas, demonstrando a importância da realização de estudos tanto sobre a participação social e seu possível uso ideológico, quanto de estudos sobre ONGs, sua função social e suas implicações diversas e, por vezes opostas, para a participação social.

A ascendência participativa:

A entrada no que pode ser chamada de “era da participação” na década de 70 fora marcada pela ascendência da participação como fenômeno social e como discurso em diversos contextos. Como veremos a seguir, o aspecto participativo desta época marcou diferentes âmbitos, permeando as relações sociais e fazendo-se presente de múltiplas maneiras. Dado um distanciamento do Estado totalitário para com as necessidades da população, houveram, por um lado, associativismos espontâneos e populares e, por outro, uma busca por aproximação entre diferentes segmentos sociais. Observou-se formas de associação e iniciativas populares para lidar com as faltas de um governo distanciado; a religião se fez presente no trabalho comunitário; acadêmicos das Ciências Humanas tomavam a participação como objeto de estudo e reflexão, apontando-a como alternativa crítica a uma ciência social positivista e distanciada da realidade social, envolvendo-se cada vez mais em causas populares; surgem, também, os movimentos sociais, com atores e temáticas diferentes daqueles que até então dominavam a cena política e as relações de produção, trazendo à tona a luta pela apropriação de recursos sociais e culturais. Estas são algumas das dimensões em que a participação se fez presente na época que estamos tratando, servindo de ninho à formação das ONGs que já se faziam aí presentes em

mente, constituindo-se como sujeitos sociais, no entanto, apenas durante e depois da transição democrática.

Muitas foram as formas de associação e mobilização que marcaram os anos de 60 e 70 no Brasil sob ditadura. Agrupamentos associativos incluindo grupos de moradores, associações de bairro até comunidades eclesiais de base (CEBs), apresentavam-se distanciadas dos políticos profissionais, dos sindicatos e dos partidos. Eram consideradas, segundo Cardoso (1987: 28), “formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante, tanto a manifestação de uma vontade coletiva, quanto o confronto direto com as políticas públicas autoritárias”. Além destas associações, começava-se a delinear um campo de trabalho comunitário caracterizado pela informalidade e voltado às necessidades da população.

As religiões teriam tido um papel muito importante neste período, principalmente aquelas vinculadas ao espiritismo e ao catolicismo, sendo este um assunto bastante tratado na literatura sobre o Terceiro Setor, sobre as ONGs e sobre o papel do assistencialismo presente em ambos (ver Landim, 1998; Fernandes, 1994). A Igreja Católica, estando por vezes entre a assistência e ações inovadoras (como a teologia da libertação, p.e.), pôde favorecer a socialização resultando na participação da população em outros espaços civis (Novaes, 1998). As comunidades eclesiais de base (CEBs), por exemplo, colocavam as pessoas para falar, possibilitavam o encontro para que pudessem pensar juntas em caminhos para lidar com suas faltas (Fernandes, 1994). Em sentido semelhante, por sua vez, o espiritismo pôde ser visto como uma forma de associativismo importante na sociedade brasileira, tendo possibilitado interações de solidariedade (Giumbelli, 1998), desenvolvendo dinâmicas integradoras da sociedade civil e da possibilidade de cidadania (Fernandes, 1994). Assim, diversas formas de associação se fizeram presentes, os trabalhos comunitários, inicialmente marcados pela religião, caracterizados pela informalidade, ganharam espaço, tendo sido a partir destes que uma concepção de Terceiro Setor teria, segundo Fernandes (1994), tido início. Estas iniciativas teriam ganhado força como alternativa e ampliação da esfera pública já em contexto democrático, sendo reforçado por uma nova descrença das funções do Estado decorrente da crise econômica subsequente à democratização (Fernandes, 1994).

Falando das décadas de 70 e 80, a participação passa já a ser pauta de debate no campo acadêmico, abrindo para uma articulação com a dimensão da intervenção no campo social, surgindo, daí, as modalidades participativas de pesquisa e ação que encontrariam na dimensão participativa, em seus múltiplos sentidos, o elemento de alternativa crítica ao método tradicional de pesquisa que se demonstrava cada vez mais inadequado no investigar e lidar de pesquisadores com a realidade social (Thiollent, 1982, 2005; Brandão, 1983, 1999). Autores como Pedro Demo, Fals Borda, Paulo Freire, Brandão (ver coletânea de artigos destes autores em Brandão, 1983) questionam a utilidade das ciências sociais, indagando *para quê e para quem* estaria ela a serviço, apontando que o conhecimento construído pelas metodologias tradicionais de pesquisa social serviria à classe dominante e seus privilégios. Neste contexto, a participação da população no processo de pesquisa seria uma maneira de democratizar o conhecimento que surge associado ao poder, no sentido de que ao se conhecer a própria realidade, conscientizando-se, a população não apenas amplia seu potencial político participativo, como se empodera para uma atuação transformadora de sua realidade social, segundo suas próprias necessidades. O aspecto participativo da

pesquisa e dos caminhos de atuação no meio social se articulam, portanto, com esta “busca” pela mobilização da população no tomar parte em seu próprio destino, bem como, com um ímpeto de “aproximação” com causas populares.

Tanto as iniciativas populares espontâneas e relativamente autônomas que buscavam sanar suas necessidades coletivas, quanto esta busca pela aproximação de segmentos sociais antes distantes, visando uma aproximação com as necessidades da população de mais baixa renda, convocando-a à participação e à atitude sobre o próprio destino, contrastavam com o distanciamento institucional do Estado que em contexto autoritário fez romper suas intermediações com a população (Fernandes, 1994). Com o enfraquecimento dos canais de comunicação entre um e outro, antes possibilitados por partidos e sindicatos, teriam surgido, ainda, expressando as necessidades da sociedade, não apenas os trabalhos comunitários, as associações marcadas por iniciativas populares, mas também, movimentos sociais que se diferenciavam daqueles caracteristicamente vinculados a questões econômicas e políticas, com atores e temáticas diferentes daqueles sobre os quais o Estado esperava encontrar oposição. (Fernandes, 1994)

Não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, parecia surgir nas décadas de 60 e 70 uma “nova” forma de movimento social, aparentemente diferente daqueles que marcaram as sociedades industriais, caracteristicamente vinculados às relações de produção do sistema capitalista, ligados à causa operária (Tourraine, 1985; Melucci, 2001, 1980; Gohn 2007). A sociedade como um todo sofria transformações estruturais que se relacionavam com a transformação dos movimentos que pipocavam ao redor do mundo (Gohn, 2007), movimentos estes cujas ações coletivas se desenvolviam, segundo Melucci (1988), em área antes intocadas pelos conflitos sociais que já não mais se davam em torno de recursos puramente econômicos, mas, sim, de recursos sociais e simbólicos: a centralidade conflitual estava, então, ao redor de padrões culturais.

Já nos países da América Latina como o Brasil, os movimentos sociais estiveram relacionados com o contexto autoritário e com o processo de democratização, sendo, no entanto, também marcados pelas “novas” características dos movimentos que se davam ao redor do mundo. No entanto, por aqui, de um lado, estes movimentos apresentavam novos atores e temáticas, não estando vinculadas aos partidos e sindicatos, possuindo categorias mais definidas culturalmente do que socialmente, de outro lado, estes “novos” movimentos se formariam justamente na fratura social na sociedade em crise, nas distâncias sociais entre os cidadãos e os excluídos (Tourraine, 1989).

Observamos, até o aqui exposto, que diversas foram as formas de ação coletiva e de interação, desde aquelas marcadas pelas iniciativas de indivíduos e grupos para a formação de associações e para o trabalho comunitário até aquelas que poderiam ser caracterizadas como movimentos sociais por expressarem conflitos em torno de recursos sociais e culturais. Estas formas de mobilização e interação, foram marcadas em grande parte pela multiplicidade, pela espontaneidade, pela fluidez e pela instabilidade, caracterizando a entrada do Brasil no que pode ser chamado de “era da participação”. No entanto, esta participação que caminhava no sentido da transformação social num contexto político totalitário foi se transformando já em contexto democrático, estabelecendo-se outras formas de interação, com novos e transformados atores com diferentes importâncias no cenário brasileiro, diversificando os sentidos deste “participar” e suas implicações.

O surgimento das ONGs:

Neste contexto de ações coletivas, mobilizações e iniciativas, tal como vimos anteriormente, marcado por um “espírito” participativo, é que se constitui o sentido para o nascimento de uma forma de organização que marcará o campo político brasileiro. Organizações cuja origem estaria na articulação a estas e outras diversas formas de ação coletiva, sendo posteriormente chamadas de ONGs, passando a ocupar um lugar de destaque e alterando, segundo Gohn (2008) nos anos 90, já como novo sujeito social, o cenário das lutas sociais no Brasil.

Teria sido vinculado a estas diversas ações coletivas, em apoio e a serviço de parte dos múltiplos movimentos sociais, que este novo tipo de organização passou a ser formada. Landim (1993) apresenta o processo brasileiro por meio do qual estas organizações, então consideradas “de assessoria e apoio” ou “a serviço dos grupos e movimentos populares”, foram se transformando nas chamadas Organizações Não-Governamentais, hoje bastante conhecidas e em crescimento. Vinculadas originalmente aos movimentos populares, às associações e criadas a serviço destes, estas organizações, as ONGs, foram se transformando e, com a democratização no contexto brasileiro, modificaram sua posição de apoio e mediação dos movimentos, criando uma identidade e um protagonismo próprios, como novo campo político (Landim, 1998). Ainda, paralelamente a este processo, observou-se uma crescente institucionalização dos próprios movimentos sociais resultando em mais organizações assim denominadas. Compreende-se, portanto, que este “novo” conjunto de organizações da sociedade civil encontravam sua legitimidade participativa, na origem e articulação com movimentos populares e outras ações coletivas.

No decorrer desta nova “era participativa” iniciada na década de 70, marcada por um novo conjunto de movimentos sociais e de processos participativos, as ONGs, como pertencentes ao grupo de instituições que integrariam o chamado Terceiro Setor, passam, então, a ocupar um lugar de destaque. A participação da sociedade civil na coisa pública passa a ser mediada ou vinculada discursivamente em grande parte pelas Organizações Não-Governamentais que são compreendidas de variadas maneiras, tornando-se uma categoria institucional cada vez mais complexa frente aos seus múltiplos meios, fins, usos e funções sociais.

Landim (1998) apresenta alguns dos olhares existentes sobre as ONGs, entre eles aquele que as considera como microorganismos do processo democrático, como modelo institucional alternativo de representatividade ou aquele que as compreende como canal de participação da sociedade civil na esfera pública, com capacidade de convocação, articulando interesses e demandas populares. No entanto, um grande debate se abre acerca da legitimidade desta representação, da função social e econômica das ONGs na atualidade, bem como de suas características (Montaño, 2007). Um debate polêmico que coloca a ONG em termos de função social, como categoria complexa, sem se referir àquela ou a esta organização, isto dada a heterogeneidade de organizações que abarca sob a mesma denominação.

A problemática da relação entre participação social e ONGs: debates

Por um lado, as características da participação social que marcaram o berço de nascimento das ONGs relacionam-se às diversas formas de ação coletiva em grande parte caracterizadas pela espontaneidade, instabilidade e fluidez (Fernandes, 1994), sendo os

movimentos sociais, por sua vez, possuidores de grande importância neste período da política brasileira, considerados fontes e instrumentos de transformação, ultrapassando o quadro institucional vigente e exigindo o reconhecimento de categorias culturais excluídas do cenário político (Cardoso, 1987). Por outro lado, as ONGs, nascidas em grande parte em vinculação aos movimentos e ações coletivas, encontrando hoje um papel importante no que se chama de participação social, podem apresentar características outras, contrastantes com aqueles fenômenos sociais que lhes deram origem. Pode-se dizer que há uma diferença passível de reflexão já explicitada pelo sentido que nos remetem os substantivos que identificam como categoria tanto os movimentos sociais, quanto as ONGs: ou seja, por um lado *movimento* e, por outro, *instituição*.

Se considerarmos, tal como Demo (1993), a participação como conquista, não sendo dada ou outorgada, dando-se num processo dinâmico, interminável e dialético, possuindo um potencial de questionamento e transformação; podemos nos questionar quais poderiam ser as conseqüências, positivas ou negativas da institucionalização da participação social ou do papel que as ONGs exercem na atualidade no campo social. Quais as características da participação social que se apresenta como vinculada às ONGs?

Na compreensão de Montañó (2007), ao se instituírem os movimentos, estes passam a ser controlados, não mais correspondendo às necessidades e reivindicações da população, mas surgindo a partir de condições de financiamento de entidades, fundações, empresas e do Estado, funcionando junto aos seus interesses. O funcionamento das ONGs, em parte fruto destas institucionalizações, passa a tecer relações de dependência e, por vezes, submissão ao financiamento estatal e/ou privado (Montañó, 2007; Landim, 1993). Assim, mesclam-se com os outros dois “setores” e seus interesses, perdendo sua autonomia e passando a se submeter tanto a políticas governamentais quanto a interesses econômicos, o que levaria ao questionamento de seu suposto caráter “não-governamental” bem como daquele tido como “sem fins-lucrativos” (Montañó, 2007). Considerando que o caráter potencialmente transformador da participação social, segundo a perspectiva de Demo (1993) que nos estamos valendo, nos parece tender a insurgir justamente frente a estes dois outros “setores”, pretendendo neles transformações, como estariam estas organizações exercendo sua função transformadora uma vez imersas nestas relações de dependência? Estaríamos falando de uma participação social tutelada, controlada ou limitada; ou a transformação que esta participação social vinculada, representada e por vezes, possibilitada pelas ONGs encontraria sua possibilidade justamente na articulação inter-institucional que as ONGs exercem com instituições dos demais “setores”, não apenas deles dependendo mas, exercendo, também, alguma influência e poder sobre eles.

No entanto, pode-se compreender, ainda, que estas Organizações Não-Governamentais acabem por desmobilizar o povo e fragmentar movimentos (saindo do confronto e do conflito inevitável e considerado fundamental numa sociedade desigual, entrando num processo de acordo onde se negam as diferenças), caminhando em sentido contrário à transformação social a qual muitas vezes remetem seus objetivos originários, tornando-se, ao invés, meios de controle e manutenção do que já está dado (Montañó, 2007; Petras, 2000). No entanto, valeria ressaltar que, se por um lado, as ONGs podem tender a desmobilizar movimentos, por outro, pode-se pensar que elas lhes conceder uma estabilidade e continuidade no tempo, potencializando seu papel transformador, concedendo-lhe visibilidade e reconhecimento social.

Efetivamente, a “participação” como discurso e prática, carente de constante auto-crítica e reflexão, pode acabar por tomar características conservadoras, anunciando a mudança para nada transformar. Alguns autores apontam a possibilidade do discurso e prática participativos tomarem características conservadoras. Mccall (1981), por exemplo, ressalta que o uso do termo participação pode acabar se limitando ao discurso institucional, sendo cooptado pela linguagem e pela burocracia, sem modificar a prática. Neste mesmo sentido, Bordenave e Carvalho (1980:225) assinalam uma possível alienação da linguagem onde a repetição do termo convence a existência de uma prática de fato inexistente, “a linguagem substitui a prática e o verbal o factual (...) fala-se em coletivo e pratica-se as decisões de um grupo”. Além disso, alguns autores ressaltam que, apesar de entoar relações mais democráticas, o uso do termo participação pode estar vinculado, como instrumento, à manutenção do poder de uns sobre os demais, fazendo valer os interesses de uma minoria (Bordenave, 1994; Demo 1993). O uso indiscriminado do termo e o discurso participativo “oficial” parecem acabar exercendo uma função ideológica, sem transformar as relações de poder, garantindo a ordem e o poder estabelecido. Pode-se compreender a participação social no âmbito das ONGs como estando sujeita a adquirir características conservadoras, sendo colocada em segundo plano em relação à busca da instituição por conservar-se, garantindo sua própria sobrevivência.

Observamos a quantidade de indagações possíveis de serem construídas sobre nossa temática, sendo poucas as já respostas alcançadas. Sem pretensões de esgotar aqui a discussão, gostaríamos apenas de esboçar a problemática das relações atuais entre ONG e participação social, apontando para a importância no aprofundamento de estudos com esta temática, contribuindo-se, assim, para a compreensão da complexidade deste campo. Se, por um lado, as Organizações Não-Governamentais como campo recente e em crescimento ascendente não encontram definições conceituais claras, nem uma categorização satisfatória, não estando nem bem definida juridicamente por abranger de *a* a *z* organizações com características das mais variadas (Gohn, 2008; Fernandes, 1994); por outro lado, o próprio campo dos movimentos sociais (e das ações coletivas) pode ser considerado um dos mais indefiníveis que existem, sendo difícil não apenas defini-los conceitualmente, mas também, de compará-los a partir dos estudos realizados, uma vez baseados em diferentes compreensões (Melucci, 1989). Ainda, e principalmente, a própria concepção de participação social não frui de consenso, acolhendo uma variedade grande de compreensões. Além das indefinições características de cada segmento desta problemática, a própria contemporaneidade da questão torna mais difícil um distanciamento analítico deste campo. No entanto, um esforço se mostra sempre necessário no sentido de clarear concepções que subjazem discursos, possibilitando, por vezes, quando não estão evidenciadas, usos contrários ao sentido de transformação social que anunciam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORDENAVE, J.; CARVALHO, H.M. Planejamento sem plano. In: *Comunicação e planejamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BORDENAVE, J. Diaz. *O que é participação*. 8ªed. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- BRANDÃO, C. R.(org.) *Pesquisa participante*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (1ªed.: 1981)

- _____. (org.) *Repensando a pesquisa participante*. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1999. (2ªreimpressão:2001).
- CARDOSO, Ruth. Os Movimentos Sociais na América Latina. RBCS, São Paulo, v.3, nº1, 1987.
- DEMO, P. *Pesquisa participante : mito e realidade*. Rio de Janeiro : Senac, 1984
- _____. *Ciência, ideologia e poder : uma sátira às ciências sociais*. São Paulo : Atlas, 1988.
- _____. *Participação é conquista – Noções de política social participativa*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1993. (1ªed. 1988)
- _____. *Solidariedade como efeito de poder*. SP: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém Público: o terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 6ªed., 2007.
- GIUMBELLI, E. Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: Landim, Leilah. *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de janeiro: NAU, 1998.
- LANDIM, Leilah.(org) *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de janeiro: NAU, 1998.
- LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutoramento, Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993a.
- MACCALL. Popular Participation, Research and New Alliances. In: *Convergence* 14(3):21,1981
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. *The new social movements: a theoretical approach*. Sical Science Information, 19, 2 (1980), 199-226.
- MELUCCI, Alberto. Getting Involved: Identity and Mobilization in social Movements. *International Social Movement Research*. Vol. I, 1988, 329-348.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2007.
- NOVAES, Regina Reyes. Juventude e ação social no Rio de janeiro: resultados de Pesquisa. In: Landim, Leilah. *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de janeiro: NAU, 1998.
- PETRAS, J. *ONGs ao Serviço do Imperialismo*. In: Petras, J.; Weltmeyer, H. *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*. Petrópolis : Editora Vozes, 2000
- THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. 3ªed. São Paulo: Polis, 1982.
- _____. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14ª ed – São Paulo: Ed. Cortez, 2005.
- TOURRAINE, Alain. An Introduction to the Study of Social Movements. In: *Social Research*, Vol.52, nº4, 1985.
- TOURRAINE, Alain. Novos movimentos sociais? *Palavra e Sangue. Política e sociedade na merica Latina*. Campinas; Unicamp, 1989.